

# álvaro pereira

ANC 88  
Pasta 16 a 23  
Abril/87  
046

## De sistemas de governo

A primeira manifestação realmente importante da Assembléia Constituinte, a respeito de um tema político controverso, ocorrerá daqui a 25 dias — quando o senador José Fogaça, do PMDB do Rio Grande do Sul, apresentar o seu parecer à sub-comissão do Poder Executivo e Sistema de Governo. E que esse parecer já deverá conter as diretrizes básicas do novo sistema de governo que será implantado no país, a partir da aprovação e promulgação do novo texto constitucional, segundo as previsões no dia 15 de novembro de 87. Os constituintes terão que decidir entre o regime presidencialista, uma tradição do período histórico republicano, e o regime parlamentarista que vigorou no Império e vem sendo aplicado com sucesso nos principais países democráticos da Europa.

Os constituintes, acima das suas posições partidárias, estão divididos entre os adeptos do parlamentarismo e do presidencialismo. Mas existe ainda um terceiro e expressivo grupo que é parlamentarista e, paradoxalmente, defende a manutenção do regime presidencialista, por considerar que o país não estaria ainda preparado para uma mudança tão radical no sistema de governo. Entendem esses constituintes que o parlamentarismo só funciona bem nos países que já atingiram um alto nível de desenvolvimento, onde existem partidos políticos fortes e uma burocracia estável.

Assim, por serem parlamentaristas, esses constituintes defendem mais um período transitório de presidencialismo, até que o exercício pleno da democracia nos leve a conviver, no futuro, com instituições políticas sólidas. A esse argumento se contrapõe, no entanto, o argumento dos parlamentaristas «ortodoxos», para quem a mudança no sistema de governo é que favoreceria o surgimento de um regime democrático e estável no Brasil. Segundo esse raciocínio, o regime parlamentarista — por estabelecer um pacto de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo — é que criaria as condições necessárias para que os partidos políticos se fortaleçam e passem a ter a noção exata de suas responsabilidades administrativas, estejam no governo ou na oposição. No regime parlamentarista, a alternância dos partidos no poder se daria de forma mais natural e menos traumática.

Entre tantas posições e argumentos, o senador José Fogaça fica com a responsabilidade de apresentar aos constituintes, no próximo dia 15 de maio, a primeira proposta concreta sobre o novo sistema de governo. Pessoalmente, o senador Fogaça já se manifestou favorável ao sistema parlamentarista (conforme adiantou ao *Jornal de Brasília* quinta-feira passada); porém, como relator, ele terá de exprimir em seu parecer a tendência da maioria da sub-comissão da qual faz parte — e de preferência, interpretando também a posição do partido ao qual pertence, o PMDB. Preocupado em obter essa orientação partidária, o senador Fogaça já encaminhou à Comissão Executiva do PMDB uma primeira consulta sobre o assunto.

Vale lembrar, a esse respeito, que o regime parlamentarista estará em debate também numa outra sub-comissão, a do Poder Legislativo, cujo relator é o deputado José Jorge, do PFL de Pernambuco. Todas as atribuições constitucionais do Legislativo vão ficar condicionadas, é claro, à definição do sistema de governo, tornando necessário um acordo ou entendimento prévio entre os relatores das duas sub-comissões, embora sejam eles de partidos diferentes. Caso não seja possível esse entendimento, o texto referente à forma de governo só poderá ser harmonizado numa segunda etapa, quando as três sub-comissões (Executivo, Legislativo e Judiciário) encaminharem seus pareceres à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Caberá então ao relator-geral dessa comissão, o deputado Egydio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco, negociar com os partidos políticos o texto final do anteprojeto que irá optar entre os sistemas parlamentarista e presidencialista de governo.

Seja qual for o regime escolhido, o fato é que ele terá de espelhar uma tendência, hoje majoritária entre os constituintes, favorável à ampliação das funções e prerrogativas do Poder Legislativo, de forma a permitir uma relação mais equilibrada entre os diversos poderes. O novo regime que sobrevier da Constituinte encerrará, sem dúvida, um certo híbrido: ou será um parlamentarismo «misto», em que o presidente da República ainda conservaria certos poderes, ou um presidencialismo «mitigado», no qual muitas das atuais atribuições do Executivo seriam transferidas ao Congresso.

### Gatilho na Mira

O governo pretende iniciar, nos próximos dias, um debate nacional sobre a atual política de salários. Depois de anunciar medidas para reduzir os juros e estimular o crédito, o presidente Sarney tentará convencer os partidos políticos, e em seguida as lideranças sindicais, de que será preciso encontrar uma alternativa para o gatilho salarial. Um importante assessor do presidente explicava, no fim de semana, que o gatilho — como está — passou a ser mais um fator inflacionário. Estaria ocorrendo, segundo esse assessor, um novo processo de indexação da economia, porque os preços passaram a ser reajustados, mensalmente, de acordo com o aumento dos salários.

Não se conhece, por enquanto, a proposta que o governo levará aos políticos e sindicalistas. Mas ela terá de contemplar alguma fórmula milagrosa, que não seja inflacionária e que garanta, ao mesmo tempo, o valor real dos salários.